

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.998 - BA (2019/0167376-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : DIONATAS FRANCISCO SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DIONATAS FRANCISCO SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia proferido no HC n.º 8002696-91.2019.8.05.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 1º/08/2019, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 da Lei n.º 11.343/2006 e 14 da Lei n.º 10.826/2003, pois surpreendido na posse de 170g de cocaína, 12,7g de maconha, um revólver calibre 38, seis munições intactas do mesmo calibre e embalagens de plástico. A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada com o excesso de prazo para a formação da culpa, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, cuja ordem foi denegada (fls. 54-68).

Nas razões recursais, o Recorrente sustenta que sofre constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo na formação da culpa.

Pede, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão provisória.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pelo Recorrente não é de reconhecimento inequívoco.

No caso, a Corte de origem, ao julgar o *habeas corpus* originário, consignou o que se segue (fls. 59-60; sem grifos no original):

*"Com efeito, conforme noticiado nos autos e em consulta ao sistema SAIPRO, verifica-se que o paciente está preso desde 01/08/2018, tendo a denúncia sido oferecida em 30/08/2018 e recebida em 10/09/2018. A Autoridade Impetrada, mediante despacho exarado no dia 26/02/2019, designou a audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2019. Na ocasião, a aludida sentada foi devidamente realizada, com a colheita da prova oral, sendo designado audiência para interrogatório do réu, para o dia 01/04/2019, oportunidade na qual deve ser encerrada a instrução criminal.*

*Assim, é possível afirmar os atos processuais vem sendo*

*desencadeados em interstício razoável, a apontar para uma eficiente prestação jurisdicional. Com isso, a alegativa de excesso de prazo não merece guarida.*

*É que, ante os subsídios trazidos, em especial, através dos informes judiciais, documento ID 2911156, verifica-se que o trâmite do feito tem ocorrido de forma regular.*

*Tem-se que eventual excesso prazal na duração da prisão cautelar depende do exame acurado, não somente do prazo legal máximo previsto (critério do prazo fixo), mas também dos critérios que compõem o princípio da razoabilidade (complexidade do processo, comportamento da parte e diligências requeridas), que permitem a dilação desse prazo até o limite do razoável. Desta forma, verifica-se que os prazos processuais não são fruto de mera soma aritmética, mas devem ser analisados à luz do mencionado princípio."*

Como se vê, a Corte local entendeu pela tramitação regular do feito, o que não se mostra, ao menos em cognição sumária, desarrazoado ou ilegal, e, diante da ausência de elementos esclarecedores suficientes sobre o eventual retardo para o fim da instrução processual, não há como se deferir o pedido urgente.

Saliente-se, ainda, por oportuno, que a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[a] *questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto*" (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada, o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, mormente sobre o estágio atualizado do feito e a situação prisional do Recorrente, solicitando-lhe, ainda, senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

